



Demonstrações Financeiras

30 de junho de 2026

Neon Pagamentos S.A. Instituição de Pagamento

Relatório da administração

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da Neon Pagamentos S.A. Instituição de Pagamento (“Companhia”, “Neon Pagamentos” ou “IP”) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2026, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância das normas e instruções emanadas pelo Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e do Banco Central do Brasil (“BACEN”), aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN.

As atividades do Grupo Neon (“Grupo”) correspondem às atividades da Companhia, suas controladas, e demais entidades pertencentes ao Conglomerado Prudencial liderado pela Neon Pagamentos, incluindo entre elas a Neon Financeira – Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Neon Financeira” ou “CFI”), a Neon Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Neon Corretora”). As demonstrações financeiras aqui apresentadas, entretanto, correspondem exclusivamente às demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia opera a conta digital que busca diminuir desigualdades ao trazer mais oportunidades para os brasileiros trabalhadores que querem ter uma relação tranquila com o dinheiro. Dentro os principais produtos ofertados direto no nosso aplicativo, destacamos o cartão de crédito sem anuidade, cartão de débito virtual e internacional, conta de pagamento, investimentos, seguros, empréstimos pessoais e consignado privado.

Principais destaques

Ao longo do primeiro semestre de 2026, o Grupo continuou concentrando esforços em seguir com o crescimento de sua carteira de crédito e otimização da sua estrutura de *funding*, reduzindo a relevância de FIDCs. Além disso, as licenças da Neon Financeira e da Neon Pagamentos também permitiram maior independência operacional do Grupo Neon no que diz respeito a processos e serviços bancários para os clientes, também reduzindo substancialmente o custo operacional da Companhia.

Ao longo do primeiro semestre de 2026, a Companhia manteve a trajetória de crescimento acelerado de suas carteiras de crédito, sustentando margem operacional positiva e resultados positivos nos últimos meses. O quadro a seguir resume a evolução dos principais produtos de crédito no período, com a variação em relação ao encerramento do exercício de 2025:

<u>Carteira</u>	<u>Variação</u>	<u>30 de junho de 2026</u>
Cartão de crédito	+10%	R\$ 6.692 milhões
Crédito consignado privado	+18%	R\$ 1.133 milhões
Crédito pessoal	+5%	R\$ 857 milhões

A Administração informa que não houve, no período, movimentações incomuns ou não usuais nos investimentos da Companhia em sociedades controladas e coligadas, tendo as variações observadas nos saldos decorrido exclusivamente de eventos ordinários e conhecidos (Nota 11).

Auditoria Independente

A Companhia monitora, em sua relação com os auditores independentes, diretrizes de governança, transparência, objetividade e independência na contratação e na prestação dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras, evitando a contratação da mesma empresa para outros serviços que possam configurar eventual conflito de interesses ou comprometer a independência ou a objetividade na execução de suas atividades.

Diretoria Executiva

Pedro Conrade
Diretor Executivo I

Ramon Martinez
Diretor Executivo II

Cristiano Fernandes
Diretor Executivo II

Fernando Miranda
Diretor Executivo I

Fernando Montanari
Diretor Executivo II

Fabiola Marchiori
Diretora Executiva II

Jamil Marques
Diretor Executivo II

Marcos Fonseca
Diretor Executivo II



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao acionista e aos administradores da

Neon Pagamentos S.A. Instituição de Pagamento

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Neon Pagamentos S.A. Instituição de Pagamento (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neon Pagamentos S.A. Instituição de Pagamento em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequação da apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações contábeis do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de agosto de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Jonas Moreira Salles
Contador CRC 1SP- 295315/O-4

Balanco patrimonial
em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
 (Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Ativo			
Circulante		5.112.502	5.443.393
Caixa e equivalentes de caixa		37.547	33.306
Disponibilidades em moeda nacional	4	37.547	33.306
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		20	136
Títulos e valores mobiliários	5.a	20	136
Ativos financeiros ao valor justo contra outros resultados abrangentes		285.887	605.807
Títulos e valores mobiliários	5.b	285.887	605.807
Ativos financeiros ao custo amortizado		4.319.063	4.471.217
Relações interfinanceiras	6	1.569.597	1.701.498
Valores a receber de cartões de crédito	7	2.829.282	2.845.105
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(79.816)	(75.386)
Outros ativos		469.985	332.927
Outros créditos diversos	8	392.542	270.823
Outros valores e bens	9	77.443	62.104
Não circulante		550.947	580.777
Outros ativos		63.018	78.053
Outros créditos diversos	8	16.325	27.754
Outros valores e bens	9	46.693	50.299
Créditos tributários		311.008	319.409
Imposto diferido	10	311.008	319.409
Investimentos		30.478	53.878
Participação em controladas	11	28.991	43.472
Ágio	11	1.487	10.406
Imobilizado	12	9.249	7.639
Intangível	13	137.194	121.798
Total do ativo		5.663.449	6.024.170

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanço patrimonial
em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
 (Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2026</u>	<u>31/12/2025</u>
Passivo			
Circulante		5.143.172	5.201.911
Passivos financeiros ao custo amortizado		4.311.907	4.435.612
Depósitos	14	1.394.593	1.518.092
Relações interfinanceiras – obrigações	15	2.917.314	2.917.520
Outros passivos		831.265	766.299
Obrigações sociais e estatutárias	16	13.871	34.756
Obrigações fiscais e previdenciárias	17	31.094	28.944
Outras obrigações – diversas	18	757.772	702.599
Provisão para perdas esperadas	7	28.528	-
Não circulante		35.697	403.453
Passivos financeiros ao custo amortizado		35.697	403.453
Outras obrigações – diversas	18	35.697	403.453
Total do passivo		5.178.869	5.605.364
Patrimônio líquido			
Capital social	21	3.450.627	3.450.627
Reserva de capital	34	78.528	75.629
Outros resultados abrangentes	21	117	239
Prejuízos acumulados		(3.044.692)	(3.107.689)
Total do patrimônio líquido		484.580	418.806
Total do passivo e patrimônio líquido		5.663.449	6.024.170

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
Semestres findos em 30 de junho
 (Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2026	30/06/2025
Receitas de intermediação financeira	22	550.701	432.838
Receitas de operações com cartões		165.680	153.251
Resultado de títulos e valores mobiliários		101.967	84.229
Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez		42.387	37.966
Fees por originação e recuperação de crédito		188.980	114.992
Receitas de serviços com aplicativo		51.687	42.400
Despesas de intermediação financeira	23	(147.666)	(163.073)
Obrigações com empréstimos		(50.596)	(62.370)
Operações com cartão		(77.194)	(83.023)
Despesas de manutenção de conta		(19.876)	(17.680)
Resultado de intermediação financeira antes da provisão para perdas		403.035	269.765
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	(32.958)	(5.012)
Provisão para perdas esperadas associadas à títulos e valores mobiliários	5	-	(215)
Resultado de intermediação financeira, líquido		370.077	264.538
Outras receitas/(despesas) operacionais		(279.509)	(300.415)
Despesas com pessoal	24	(38.435)	(41.704)
Despesas com vendas	25	(14.793)	(13.383)
Despesas administrativas	26	(183.487)	(216.963)
Despesas tributárias	27	(62.584)	(47.266)
Despesas com prestação de serviços	28	(20.642)	(27.286)
Resultado de participação em controladas	11	7.413	10.689
Outros resultados operacionais, líquidos	29	33.019	35.498
Resultado operacional antes da tributação sobre o lucro		90.568	(35.877)
IRPJ e CSLL corrente	10	(19.170)	-
IRPJ e CSLL diferido	10	(8.401)	-
Lucro líquido/(Prejuízo) do semestre		62.997	(35.877)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Semestre findo em 30 de junho
(Em milhares de Reais)

	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Lucro líquido/(Prejuízo) do semestre	62.997	(35.877)
Ajuste de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(122)	(133)
Total de outros resultados abrangentes que serão ou poderão ser reclassificados posteriormente no resultado	<u>(122)</u>	<u>(133)</u>
Resultado abrangente total	<u>62.875</u>	<u>(36.010)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Neon Pagamentos S.A. Instituição de Pagamento

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Semestres findos em 30 de junho

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>Capital Social Subscrito</u>	<u>Reserva de Capital</u>	<u>Outros resultados abrangentes</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2024		3.450.627	63.515	255	(3.090.545)	423.852
Adoção inicial - Resolução BCB nº 178/22		-	-	-	455	455
Adoção inicial - Resolução BCB nº 352/23		-	-	-	(65.709)	(65.709)
Saldos em 01 de janeiro de 2025		3.450.627	63.515	255	(3.155.799)	358.598
Pagamento baseado em ações	21.b / 34	-	4.862	-	-	4.862
Ajuste de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	21.d	-	-	(133)	-	(133)
Prejuízo do semestre		-	-	-	(35.877)	(35.877)
Saldos em 30 de junho de 2025		3.450.627	68.377	122	(3.191.676)	327.450
Saldos em 31 de dezembro de 2025		3.450.627	75.629	239	(3.107.689)	418.806
Pagamento baseado em ações	21.b / 34	-	2.899	-	-	2.899
Ajuste de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	21.d	-	-	(122)	-	(122)
Lucro do semestre		-	-	-	62.997	62.997
Saldos em 30 de junho de 2026		3.450.627	78.528	117	(3.044.692)	484.580

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa
Semestres findos em 30 de junho
 (Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/06/2026</u>	<u>30/06/2025</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido/(Prejuízo) do semestre		62.997	(35.877)
Ajustes ao resultado líquido:			
Baixa do ativo imobilizado/intangível	12.b	654	710
Imposto de renda e contribuição social diferidos		8.401	-
Depreciação e amortização	26	23.027	36.113
Resultado de participação em controladas	11	(7.413)	(10.689)
Receitas de intermediação financeiras		(550.701)	(432.382)
Provisão para contingências	19	4.009	1.033
Pagamento baseado em ações	34	2.381	2.608
Plano de incentivo de longo prazo		1.697	3.949
Provisão de benefícios a empregados		14.431	5.793
Resultado de variação cambial		(2.080)	(4.015)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7	32.958	5.012
Provisão/(Reversão) para perdas com inativação de cartões		(66)	560
Despesa de juros com empréstimos	20	50.596	62.370
		<u>(422.106)</u>	<u>(328.938)</u>
Variação nos ativos e passivos			
Redução em Aplicações interfinanceiras de liquidez		42.387	37.966
Redução em Títulos e valores mobiliários		421.881	833.645
Redução/(Aumento) em Relações interfinanceiras - ativo		8.402	(39.910)
Redução/(Aumento) em Operações de cartão de crédito		181.503	147.326
Redução/(Aumento) em Outros créditos		130.075	88.290
(Aumento) em Outros valores e bens		(11.667)	(13.552)
Imposto de renda e contribuição social pagos		4.056	398
(Redução) em Relações interfinanceiras - passivo		(206)	(2.887)
(Redução)/Aumento em Outras obrigações		(61.192)	43.887
Juros pagos	20	(20.485)	(105.711)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos		22.714	1.507
Caixa gerado nas atividades operacionais		358.359	626.144
Aquisição de imobilizado	12.b	(4.361)	(669)
Aquisição de intangível	13.b	(27.408)	(22.154)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		(31.769)	(22.823)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos	20	963.528	428.218
Pagamento de empréstimos		(1.285.877)	(1.040.096)
Caixa gerado pelas atividades de financiamento		(322.349)	(611.878)
Efeito líquido no caixa e equivalentes de caixa		4.241	(8.557)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	4	33.306	43.493
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	4	37.547	34.936
Redução no caixa e equivalentes de caixa		4.241	(8.557)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Neon Pagamentos S.A. Instituição de Pagamento (“Companhia”), é controlada direta da Neon Holding Conglomerado Ltda. (“Neon Holding”), e controlada indireta da Neon Payments Limited (“Neon Payments”) com sede no Reino Unido. A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída e existente segundo as leis brasileiras, na cidade de São Paulo, Brasil.

A Companhia e o Grupo atuam na exploração de atividades relacionadas à prestação de serviços no âmbito do seu próprio arranjo de pagamento ou de terceiros, como instituição de pagamento, que incluem, mas não se limitam, à prestação de serviço de emissão de instrumentos de pagamento pré e pós-pagos e à instituição e administração de arranjo de pagamento próprio, sendo responsável por desenvolver as regras e os procedimentos que disciplinam a prestação de serviços de pagamento ao público.

A Companhia tem autorização do Banco Central do Brasil (“BACEN”) para funcionar como instituição de pagamentos, nas modalidades emissora de moeda eletrônica e emissora de pagamento pós-pago. Em decorrência da autorização, a Companhia aplica os critérios contábeis de elaboração e divulgação de demonstrações financeiras estabelecidos pelo BACEN.

Essas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional, considerando os planos vigentes da Companhia que incluem aumento de captações financeiras, como parte da estratégia de aquisição da Neon Financeira, aumentando o capital de giro da Companhia para financiamento, principalmente das operações de cartão de crédito.

Adicionalmente, a Companhia e o Grupo Neon têm descontinuado os arranjos de *funding* através de FIDCs com a internalização de operações antes realizadas por parceiros que reduzem custos relevantes de captação e da operação, além de proporcionar maior autonomia à Companhia na oferta de crédito e de serviços. A Administração da Neon, com base no seu plano de negócios e no resultado esperado oriundo dos seus investimentos, prevê o crescimento da sua base de clientes com foco em qualidade e o aumento de suas receitas.

Como consequência desses e de outros eventos, incluindo a geração de caixa e resultados próprios, a Administração da Companhia entende estar em posição confortável de liquidez frente aos compromissos representados pelo seu passivo circulante e não circulante.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN, com base na Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), com

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

as alterações determinadas pelas Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, em consonância as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”), e os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), quando aplicáveis, aqui denominados em conjunto como “BACEN GAAP”. Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras, a Companhia considerou o disposto na Resolução BCB nº 2/20, que não requer a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Companhia evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis descritas foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela diretoria da Companhia em 31 de agosto de 2026.

3. Sumário das políticas contábeis materiais

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade operacional da Companhia, com base nas projeções de geração de caixa nas atividades operacionais e demais planos da Administração, conforme descrito na Nota 1.

As práticas contábeis materiais adotadas pela Companhia são as seguintes:

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais são reconhecidos na Demonstração do Resultado.

b. Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado no período em que elas ocorrem, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento em conformidade com a Resolução BCB nº 2/20. Conforme solicitado pelo BCB nº 120/2021 a Companhia está em conformidade com as etapas de reconhecimento de receita com clientes que são: (i) identificação do contrato com o cliente, (ii) identificação das obrigações de desempenho, (iii) determinação do preço da transação, (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho e (v) reconhecimento da receita. Em relação aos

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

produtos da Companhia, a operação é considerada satisfeita no momento da autorização/liquidação da transação.

c. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição e que não haja restrição quanto a disponibilidade do recurso.

d. Instrumentos financeiros

Classificação dos instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros da Companhia são classificados nas seguintes categorias:

- Custo amortizado (“CA”): o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”): o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. Para operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito essa categoria não pode ser aplicável;
- Valor justo por meio do resultado (“VJR”): o ativo financeiro é gerido para transacionar de forma ativa e frequente o ativo financeiro (compra e venda no curto prazo). Além disso, são classificados nessa categoria ativos financeiros mentidos em outros modelos de negócio, mas que os fluxos de caixa contratuais são compostos por outros elementos que não principal e juros, por falhar no teste de Somente Pagamento de Principal e Juros.

A classificação na categoria de CA e/ou VJORA depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (Somente Pagamento de Principal e Juros – “Teste SPPJ”).

Para determinar o modelo de negócios, a Companhia avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo: (i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros; (ii) pela venda, ou por (iii) ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências:

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio;
- como os gestores do negócio são remunerados;
- e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste SPPJ a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao “Valor justo por meio do resultado”.

Mensuração dos instrumentos financeiros

A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de mensuração onde foram classificados, a saber:

- **Custo amortizado:** os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica “receitas da intermediação financeira”, enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica “despesas da intermediação financeira”, ao longo do prazo do respectivo contrato.
- **Ao valor justo em outros resultados abrangentes:** os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido intitulada “Ajuste de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes”, líquido dos impostos, até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do período na rubrica “receitas da intermediação financeira”. Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.
- **Ao valor justo no resultado:** os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente no resultado.

Valor justo e hierarquia do valor justo:

Os ativos financeiros correspondentes ao modelo de negócio cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

financeiro, foram classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes de acordo com o método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Instrumentos Financeiros – Nível 1: O valor justo dos ativos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.
- Instrumentos Financeiros – Nível 2: O valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2.
- Instrumentos Financeiros – Nível 3: Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3.

Atualmente, a Companhia opera com instrumentos financeiros de Nível 1 a 3.

Reclassificação dos instrumentos financeiros

A Companhia não reclassificou seus instrumentos financeiros nem seus passivos financeiros no período apresentado.

Baixa dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

Método de taxa efetiva de juros

A taxa efetiva de juros é a taxa que equaliza o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos ao longo do prazo contratual do ativo ou do passivo financeiro ao seu valor contábil bruto.

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro. O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis (ex: tarifas atreladas a origemação das operações de crédito) pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Entende-se como custos da transação elegíveis os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

Conforme requisitos determinados pela Resolução BCB 352/23, a Companhia optou em utilizar a “metodologia diferenciada linear” para operações de crédito e com características de crédito.

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A Companhia integra o segmento prudencial “S4”, dessa forma, para fins de apuração de perdas esperadas adotou a metodologia simplificada. É realizada a constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para o grupo de ativos financeiros ao custo amortizado e os critérios de aplicação de tal metodologia são determinados pela Resolução BCB 352/23, no qual são observadas as carteiras em que os ativos financeiros são enquadrados e os períodos de atraso das operações, conforme descritivos abaixo:

- Carteira 2 (C2): créditos de arrendamento mercantil, nos termos do disposto na Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974; créditos garantidos por hipoteca de primeiro grau de imóveis residenciais, por penhor de bens móveis ou imóveis ou por alienação fiduciária de bens móveis; créditos garantidos por depósitos à vista, a prazo ou de poupança; créditos decorrentes de ativos financeiros emitidos por ente público federal ou por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; créditos com garantia fidejussória de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e créditos com cobertura de seguro de crédito emitido por entidade que não seja parte relacionada da instituição, nos termos da Resolução nº 4.818, de 29 de maio de 2020.
- Carteira 5 (C5): operações de crédito pessoal, com ou sem consignação, crédito direto ao consumidor, crédito rural não abrangido pelas hipóteses previstas no inciso IV do caput e crédito na modalidade rotativo sem garantias ou colaterais; créditos sem garantias ou colaterais não abrangidos pelas hipóteses previstas no inciso IV do caput e créditos decorrentes de operações mercantis e outras operações com características de concessão de crédito não abrangidos pelas hipóteses previstas nos incisos I a IV do caput.

Atualmente a Companhia possui operações nas carteiras “C2” e “C5”.

Abaixo estão descritos os principais conceitos utilizados pela Companhia para fins de apuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito das operações de crédito:

- Ativos financeiros não problemáticos: refere-se aos ativos não caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito. O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinando no anexo 2 da resolução.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Ativos financeiros inadimplidos: trata-se dos ativos com atraso superior a noventa dias em relação ao pagamento de principal e juros. O nível de perdas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais de provisionamento determinando no anexo 1 da resolução, acrescidos dos percentuais adicionais determinados para operações inadimplidas.
- Ativos financeiros problemáticos não inadimplidos: refere-se aos ativos caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito, decorrentes de outros motivos que não seja por atraso superior a 90 dias (operações arrastadas, reestruturações ou outros aspectos qualitativos). O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinando no artigo 78 da resolução.

Ativos financeiros com problema de recuperação de crédito

A Companhia considera como ativo com problema de recuperação de crédito, os ativos financeiros que apresentem os seguintes indicativos:

- Atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos; ou
- Indicação de que a contraparte não tem mais capacidade financeira de honrar a obrigação nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais, independentemente da quantidade de dias de atraso da operação;
- Para os títulos e valores mobiliários, quando houver dúvida razoável quanto ao recebimento pontual do principal e juros, independentemente do número de dias vencidos, incluindo critérios de: (a) mudanças nas políticas monetárias que afetam os TVM de forma a reduzir preço ou liquidez; ou (b) alterações na liquidez do ativo financeiro por piora na qualidade creditícia da contraparte;
- Reestruturação: É considerado como reestruturação, uma renegociação que implique a concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, todos os instrumentos financeiros da mesma contraparte, são arrastados (na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) para a condição de ativo problemático, com exceção de operações que possuam uma fonte de pagamento mais segura, como o Crédito Consignado em folha de pagamento, cujo pagamento ocorre independente da ação do cliente.

A partir do momento da caracterização, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas no resultado quando do seu efetivo recebimento.

Os ativos financeiros são baixados para prejuízo pela Companhia, a partir do momento em que a Instituição não tem mais expectativa de recuperação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia deixa de caracterizar a operação como ativo problemático somente no caso de melhora significativa na capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações nas condições pactuadas, também denominado como “cura”.

Para fins de critérios de “cura”, a Companhia considera as seguintes premissas:

- Ausência de parcelas vencidas, incluindo encargos;
- Após inexistência de parcelas vencidas, pagamento tempestivo (em dia) de principal e encargos por um período suficiente para indicar melhora financeira significativa da contraparte. Atualmente, consideramos 3 meses de pagamento tempestivo para como indicativo de melhora financeira;
- Evidência de que a obrigação será integralmente honrada nas condições originais ou modificadas, sem necessidade de garantias adicionais; e
- Inexistência de outros critérios que indiquem um risco de não cumprimento da obrigação, enquadram a operação como ativo problemático.

Vale salientar, que a aplicação da regra de “cura” leva em consideração todas as operações do cliente e não somente a operação que eventualmente levou o cliente a ser considerado como Ativo Problemático, ou seja, caso o cliente possua outra operação em atraso, ele não estará elegível a “cura” mesmo quitando o débito da operação originadora do Ativo Problemático.

e. Provisão para perdas esperadas sobre limites de crédito concedidos e não utilizados

Além da carteira de crédito já desembolsada, a Companhia constitui provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito sobre a parcela dos limites de crédito concedidos a clientes e ainda não utilizada (compromissos de crédito), em conformidade com a Resolução BCB nº 352/23.

Como esses instrumentos não representam, por si só, um ativo financeiro reconhecido no balanço patrimonial, a provisão para perdas esperadas correspondente não é apresentada como conta redutora de ativo, mas sim como uma obrigação presente, registrada no passivo, na rubrica "Provisão para perdas esperadas".

f. Valores a receber de cartões de crédito

Nas transações de cartão de crédito, os valores utilizados pelos clientes compõem um contas a receber da Neon como emissor. O fluxo dessa operação é realizado da seguinte forma: na data de vencimento da fatura, os montantes não recebidos pelos portadores de cartões são liquidados pela Neon Financeira, conforme contratos firmados, e, assim, se torna a detentora da carteira de recebíveis financiados. Para a parcela de crédito financiado pela Neon Financeira, a Companhia atua como correspondente e agente de cobrança junto ao cliente (portador do cartão).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração ratifica o entendimento de que ambas as instituições estão presentes no mesmo grupo econômico, no entanto, a Neon Financeira sempre garantirá a aquisição de créditos que se tornarem inadimplentes no balanço da Neon Pagamentos. Logo, o risco assumido pela eventual inadimplência dos clientes é totalmente absorvido pela Neon Financeira. Para o cálculo da provisão, a Neon Financeira segue o modelo estipulado pela Resolução BCB nº 352/23.

g. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros – *Impairment*

A Companhia efetua avaliações no mínimo anualmente para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação. Perdas por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros não avaliados pelo valor justo são reconhecidas imediatamente quando há evidência objetiva de perda e o valor contábil desses ativos é reduzido. Provisões para redução ao valor recuperável de ativos financeiros não avaliados ao valor justo são avaliadas e calculadas individualmente e são reconhecidas na demonstração do resultado.

h. Despesas antecipadas

A Companhia considera como despesas antecipadas aquelas pagas ou devidas com antecedência, mas que se referem a períodos de competência subsequentes. As despesas de exercícios seguintes são apresentadas no balanço pelas importâncias aplicadas, diminuídas das apropriações efetuadas no período, de forma a obedecer ao regime de competência.

Os gastos de *embossing* (confeção) e postagem de cartões para os clientes são registrados como despesas antecipadas (Nota 9), dado que a Companhia é capaz de identificar e relacionar diretamente os custos dispendidos com o cliente/contrato por meio de mecanismos de identificação e controles. A amortização dos valores ocorre em base sistemática consistente a partir da entrega ao cliente e durante 5 anos, período de validade dos cartões e no qual a Companhia transfere os serviços ao cliente e cumpre suas obrigações de desempenho.

A partir do acompanhamento de continuidade da utilização dos cartões, a Companhia registra mensalmente provisão para redução ao valor recuperável de ativos com base na inativação de cartões (de acordo com regras de ausência de transações / uso do plástico).

i. Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial no balanço individual da Companhia e incluem os ágios por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) identificados nas combinações de negócios. O ágio representa o excesso do valor pago sobre o valor justo dos ativos líquidos identificados na data da aquisição.

Conforme exigido pelas normas contábeis, o Grupo realiza anualmente o teste de redução ao valor recuperável (*impairment*) do ágio, ou com maior frequência caso existam

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

indicadores de desvalorização. Para o semestre findo em 30 de junho de 2026, nenhum indício de redução no valor recuperável de ativos não financeiros foi identificado, e portanto, nenhuma provisão foi registrada nas demonstrações financeiras.

Com base em projeções futuras e análises de sensibilidade, o valor recuperável apurado excedeu o valor contábil dos ativos, não sendo identificado qualquer indicativo ou necessidade de reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável nas empresas do Grupo nesta data base.

j. Imobilizado

O imobilizado é contabilizado, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.535/12, a valor de custo excluindo os gastos com manutenção, menos depreciação acumulada e redução ao valor recuperável. Alterações na vida útil estimada são contabilizadas como mudanças no método ou no período de amortização, e apropriadamente tratadas como alterações de estimativas contábeis.

A depreciação é calculada usando o método linear para reduzir o custo do imobilizado ao seu valor residual ao longo da sua vida útil estimada.

O imobilizado é baixado na alienação ou quando benefícios econômicos futuros não são mais esperados do seu uso. Qualquer ganho ou perda gerada na alienação do ativo (calculado como a diferença entre a renda líquida da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido em “outras receitas operacionais” na demonstração do resultado do ano em que o ativo foi alienado.

k. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registrados conforme Resolução CMN nº 4.534/16 ao valor de custo e incluem os ativos adquiridos ou desenvolvidos internamente. Um ativo intangível é reconhecido somente quando seu custo puder ser mensurado com segurança e for provável que os benefícios econômicos futuros a ele atribuídos sejam realizados.

Os ativos intangíveis podem ter vida útil definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente ao longo de sua vida útil estimada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável, que são reconhecidas pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável e são registradas na demonstração do resultado.

A Companhia reconhece ativos intangíveis gerados internamente quando for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo fluam para a entidade e o custo do ativo possa ser mensurado com segurança.

O custo de um ativo intangível gerado internamente compreende todos os custos diretamente atribuíveis necessários para criar, produzir e preparar o ativo para ser capaz

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

de operar da forma pretendida pela administração. Os custos com pessoal relacionados ao desenvolvimento de *software* foram baseados nas horas atribuídas pelas equipes de negócios e de tecnologia para a adição de novas funcionalidades ou novos produtos nos aplicativos do Grupo Neon (*software* desenvolvido internamente), e respectivos custos dispendidos, os quais puderam ser atribuídos a ativos intangíveis identificados, e/ou adicionaram novas funcionalidades, e/ou estendem o uso / aplicações de ativos identificados já existentes. Tais custos são controlados por projeto / ativos identificados, amortizados no prazo de vida útil residual estimada. Anualmente, é feita uma avaliação se há indicação de redução ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida referem-se basicamente a *softwares*, bem como licenças e direitos de uso, amortizados linearmente a partir da data da sua disponibilização para uso, considerando a vida útil atribuída. As marcas registradas são ativos intangíveis, podendo ser classificadas com vida útil indefinida ou definida, dependendo da avaliação individual do ativo.

1. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros – *Impairment*

Os ativos não financeiros são avaliados para verificar se há evidência de que possa ocorrer uma perda no seu valor contábil. As indicações de desvalorização consideram fontes externas ou internas de informação, durante o período ou por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras.

Fontes externas incluem, não exaustivamente, o seguinte:

- Redução do valor de mercado do ativo significativamente maior do que a esperada em decorrência da passagem do tempo ou da utilização do ativo;
- Ocorreram, ou ocorrerão em futuro próximo, mudanças significativas no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, no qual a entidade opera ou no mercado para o qual o ativo é utilizado;
- As taxas de juros de mercado, ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram, e esses acréscimos provavelmente afetarão a taxa de desconto utilizada no cálculo do valor de um ativo em uso e diminuirão significativamente o seu valor recuperável;
- O valor contábil do patrimônio líquido da entidade se tornou maior do que o valor de suas ações no mercado.

Fontes internas incluem, não exaustivamente, o seguinte:

- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico;
- Ocorreram, ou ocorrerão em futuro próximo, mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade, na medida ou maneira em que um ativo é ou será utilizado. Essas mudanças, entre outras, incluem: o ativo que se torna inativo, o ativo que a administração planeja descontinuar, reestruturar ou baixar antecipadamente; ou, ainda, o ativo que passa a ter vida útil definida ao invés de indefinida;

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Levantamentos ou relatórios internos que evidenciem, por exemplo, a existência de dispêndios extraordinários de construção, capitalização excessiva de encargos financeiros, entre outros, e indiquem que o desempenho econômico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado;
- Redução do retorno esperado em determinado ativo / unidade geradora de caixa;
- Não cumprimento de metas, orçamentos e indicadores de desempenhos internos (KPIs – *Key Performance Indicator*);
- Alterações negativas em premissas utilizadas para avaliação de ativos, tais como: fluxos de caixa e volumes projetados, taxas de desconto, entre outras.

Anualmente a Companhia avalia se há indicativos de desvalorização de um ativo. Se houver evidências de perda no valor recuperável, são realizados testes de *impairment* pelo método de fluxo de caixa descontado ou outro método que seja adequado para mensuração do valor recuperável do ativo.

Independentemente de existir, ou não, qualquer indicação de redução ao valor recuperável, são testados anualmente ativos com vida útil indefinida ou ágio por expectativa de rentabilidade futura.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

Caso o valor recuperável do ativo avaliado for menor que o valor contábil, a diferença existente entre esses valores é ajustada pela constituição de provisão para perdas, redutora dos ativos, em contrapartida ao resultado do período.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2026, nenhum indício de redução no valor recuperável de ativos não financeiros foi identificado, e portanto, nenhuma provisão foi registrada nas demonstrações financeiras.

m. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos passivos contingentes e dos ativos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos pela Resolução CMN nº 3.823/09 e pela Resolução BCB nº 9/2020, que determinam a observância do Pronunciamento Técnico CPC 25 pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de evento passado, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidá-la e quando o valor da obrigação possa ser estimado com suficiente confiabilidade, tendo como contrapartida o resultado do período.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados apenas quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Passam a ser reconhecidos somente quando sua realização se tornar praticamente certa.

Passivos contingentes são avaliados com base no julgamento da Administração, apoiado na opinião de assessores jurídicos internos e externos, e classificados como:

- **Prováveis:** quando for mais provável que sim do que não que a Companhia possua obrigação que resultará em saída de recursos. Nesses casos, é constituída provisão registrada no balanço patrimonial, em conta de outras obrigações diversas. A classificação considera o histórico de desfechos em causas de mesma natureza, a jurisprudência aplicável e a opinião dos assessores jurídicos, e o valor da provisão é calculado com base na melhor estimativa do desembolso, tomando como referência a média histórica de pagamentos, excluídos valores atípicos.
- **Possíveis:** quando a obrigação puder requerer, mas não for provável que requeira, saída de recursos. Não é constituída provisão, sendo divulgado o efeito financeiro estimado com base no valor da causa.
- **Remotas:** quando a probabilidade de saída de recursos for remota. Não é constituída provisão nem exigida divulgação.

n. Imposto de renda e Contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas com base no lucro/prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre o valor das diferenças temporárias, do prejuízo fiscal e da base negativa acumulada. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados por meio de estudos técnicos realizados pela Administração.

Para o cálculo do Imposto de renda, a alíquota-base utilizada é de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10% para o lucro ajustado acima de R\$ 240 anual. Para a Contribuição Social, o cálculo ocorre sobre o lucro ajustado antes dos impostos, na forma da legislação, à alíquota de 9%, sendo que desde abril de 2026, e com base na Lei Complementar 224/25, a alíquota passou a ser de 12%, e será de 15% a partir de janeiro de 2028.

o. Depósitos

Corresponde aos saldos em moeda eletrônica mantidos em contas de pagamentos pré-pagas, depositadas no Aplicativo Neon e estão avaliados pelos valores de liquidação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

p. Planos de remuneração de longo prazo

- **Remuneração baseada em ações**

O valor justo na data de outorga do plano de opções de compra de ações (“SOP”) concedido aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que a condição de serviço será atendida, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam à condição de serviço na data de aquisição (*vesting date*).

O valor justo do montante a pagar aos empregados, com relação ao programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa – *Phantom Shares*, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal.

q. Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

r. Resultado por ação

Conforme facultado às instituições financeiras pela Resolução BCB nº 2/20, § 5º do artigo 5º, optamos por não observar o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 41 – Resultado por ação.

s. Uso de estimativa e julgamento

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As estimativas consideradas mais relevantes pela Companhia estão relacionadas aos seguintes tópicos:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Provisão para perdas de crédito - Nota 7

Para a carteira de crédito, foi reconhecido o valor de (R\$ 79.816) em 30 de junho de 2026 em consoante com o requerido pela Resolução BCB nº 352/23.

- Provisão para perdas de crédito – Limites de cartões - Nota 7

Esses instrumentos geram exposição ao risco de crédito na medida em que o titular pode sacar o limite antes de eventual deterioração. A provisão para exposições contingentes mensura a perda esperada sobre o volume que, com base em comportamento histórico, será convertido em saldo devedor nos próximos 12 meses.

- Projeções de lucro tributável para realização do crédito tributário diferido – Nota 10

A Companhia revisa a expectativa de realização do crédito tributário semestralmente, baseado nas projeções de lucro tributável dos próximos 10 anos, utilizando-se premissas alinhadas com a estratégia do Grupo e indicadores econômicos avaliados como mais apropriados para o setor.

- Pagamentos baseados em ações – Nota 34

A Companhia usa os modelos de precificação de opções *Black-Scholes* e binomial para estimar o valor justo da remuneração baseada em ações recebida pelos funcionários e administradores outorgados. Algumas premissas de volatilidade e riscos foram utilizadas e são consistentes com as características da Companhia e do plano.

A Companhia usou como referência a volatilidade das ações do Itaú-Unibanco, Bradesco, Santander, Banco do Brasil, Nubank e Banco Inter. O *Risk-Free* usado foi o *Treasury bill* (nota do Tesouro americano) porque é o ativo líquido com o menor risco.

- Provisão de baixa dos gastos capitalizados relacionados à confecção e envio de cartões, decorrente da inatividade de clientes - Nota 9

A provisão de baixa dos gastos capitalizados é estimada de acordo com a representatividade de inatividade de clientes, considerando um prazo de ausência de utilização e saldo em conta, estabelecidos em política interna, em relação à base ativa de cartões.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

t. Contexto Regulatório

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025 instituindo a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), em substituição ao ISS, Pis e Cofins. Em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227 que definiu as alíquotas do IBS/CBS aplicáveis aos serviços financeiros entre 2027 e 2033, prevendo aumento progressivo de 10,85% para 12,50%. Para as tarifas atualmente sujeitas ao ISS, está prevista, no mesmo período, uma redução da alíquota de 2% para 1,2%. A Administração está acompanhando esse tema e avaliando os efeitos que serão produzidos por esta e futuras regulamentações ainda em tramitação no Congresso Nacional.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades em moeda nacional	37.547	33.306
Total	37.547	33.306

5. Títulos e valores mobiliários

5.a Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

		30/06/2026		31/12/2025
	Hierarquia do valor justo	Valor de custo	Valor justo	Valor justo
Instrumentos financeiros				
Fundo BTG Pactual	2	20	20	35
FIDC CONSIGA+ (i)	2	-	-	101
Total		20	20	136

- (i) A variação do saldo investido no FIDC CONSIGA+ é decorrente do encerramento do fundo, que ocorreu no primeiro semestre de 2026.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

5.b Ativos financeiros ao valor justo contra outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros	Vencimento	30/06/2026			31/12/2025
		Hierarquia do valor justo	Valor de custo	Valor justo	Valor justo
Letras Financeiras do Tesouro (i)	Acima de 1 ano	1	285.714	285.836	605.552
Debêntures (iv)	Acima de 1 ano	2	-	-	239
Certificados de Depósito Bancário	Acima de 1 ano	2	51	51	16
Total			285.765	285.887	605.807

6. Relações interfinanceiras

6.a Ativos financeiros ao custo amortizado

	30/06/2026	31/12/2025
Valores relacionados a transações de pagamento (i)	1.569.597	1.701.498
Total	1.569.597	1.701.498

- (i) Refere-se a valor depositado em conta corrente de moeda eletrônica junto ao BACEN (CCME).

7. Valores a receber de cartões de crédito

7.a Ativos financeiros ao custo amortizado

(i) Composição dos recebíveis

	30/06/2026	31/12/2025
Valores a receber cartões de crédito	2.829.282	2.845.105
Valores a receber cartões de crédito	2.829.282	2.845.105
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(79.816)	(75.386)
Total	2.749.466	2.769.719

- (i) Se refere a saldos de recebíveis de cartões de crédito corresponde às operações de compras a faturar, faturados a receber (não vencidos) e parcelamentos que, se não forem recebidas pelos clientes na data de vencimento da fatura, a Neon Financeira liquida o montante para a Companhia e passa a ser detentora da carteira financiada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Composição das operações por carteira, situação e faixa de vencimento

30/06/2026					
		C2	C5	Total saldo contábil bruto	% Sobre total geral
Ativos não problemáticos					
De 0 até 14 dias de atraso		43.853	2.734.322	2.778.175	98%
Total		43.853	2.734.322	2.778.175	98%
Ativos problemáticos não inadimplidos					
De 0 até 14 dias de atraso		208	50.899	51.107	2%
Total		208	50.899	51.107	2%
Total geral		44.061	2.785.221	2.829.282	100%

31/12/2025					
		C2	C5	Total saldo contábil bruto	% Sobre total geral
Ativos não problemáticos					
De 0 até 14 dias de atraso		47.757	2.755.412	2.803.169	99%
Total		47.757	2.755.412	2.803.169	99%
Ativos problemáticos não inadimplidos					
De 0 até 14 dias de atraso		146	41.790	41.936	1%
Total		146	41.790	41.936	1%
Total geral		47.903	2.797.202	2.845.105	100%

(iii) Concentração das operações

	30/06/2026	31/12/2025
Dez maiores devedores	490	635
Cinquenta seguintes maiores devedores	1.585	1.744
Cem seguintes maiores devedores	2.473	2.583
Demais clientes	2.824.734	2.840.143
Total	2.829.282	2.845.105

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(iv) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

		30/06/2026			
Carteira	Situação	Créditos a vencer	Total	Perdas esperadas	Total perda esperada
C2	Ativos não problemáticos	43.853	43.853	(614)	(614)
C2	Ativos problemáticos não inadimplidos	208	208	(70)	(70)
	Total carteira C2	44.061	44.061	(684)	(684)
C5	Ativos não problemáticos	2.734.322	2.734.322	(51.952)	(51.952)
C5	Ativos problemáticos não inadimplidos	50.899	50.899	(27.180)	(27.180)
	Total carteira C5	2.785.221	2.785.221	(79.132)	(79.132)
	Total geral da carteira	2.829.282	2.829.282	(79.816)	(79.816)

		31/12/2025			
Carteira	Situação	Créditos a vencer	Total	Perdas esperadas	Total perda esperada
C2	Ativos não problemáticos	47.757	47.757	(669)	(669)
C2	Ativos problemáticos não inadimplidos	146	146	(49)	(49)
	Total carteira C2	47.903	47.903	(718)	(718)
C5	Ativos não problemáticos	2.755.412	2.755.412	(52.353)	(52.353)
C5	Ativos problemáticos não inadimplidos	41.790	41.790	(22.315)	(22.315)
	Total carteira C5	2.797.202	2.797.202	(74.668)	(74.668)
	Total geral da carteira	2.845.105	2.845.105	(75.386)	(75.386)

(v) Movimentação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Ativos financeiros ao custo amortizado	30/06/2026	31/12/2025
Saldo no início do semestre/exercício	(75.386)	(70.724)
Constituição da provisão para perdas esperadas no semestre/exercício	(4.430)	(4.662)
Perda esperada de crédito - Valores a receber cartão de crédito	(79.816)	(75.386)
	30/06/2026	31/12/2025
Saldo no início do semestre/exercício		
Constituição da perda de crédito esperada - Outros (i)	(28.528)	-
Provisão para perdas esperadas – Limites de Cartões	(28.528)	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Refere-se à provisão para perdas esperadas sobre os limites de crédito de cartões ainda não utilizados pelos clientes (Nota 3.e).

Os ativos financeiros são baixados em virtude de perdas esperadas associadas ao risco de crédito quando não é provável que a instituição recupere o seu valor.

8. Outros créditos diversos

	30/06/2026	31/12/2025
Saldos transitórios produto "Tudo no Crédito" (ii)	155.434	36.646
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 32)	76.538	78.090
Imposto de renda a recuperar	62.190	58.774
Devedores diversos (iii)	52.748	56.578
Comissões e reembolsos a receber (i)	40.757	38.518
Adiantamento e antecipações salariais	4.875	2.217
Total circulante	392.542	270.823
Imposto de renda a recuperar	10.513	19.588
Impostos e contribuições a compensar (iv)	3.176	5.530
Outros créditos	2.636	2.636
Total não circulante	16.325	27.754
Total	408.867	298.577

- (i) Composto substancialmente por *interchange* sobre a carteira de cartão de crédito parcelada, no montante de R\$ 35.590 (R\$ 34.600 em 31 de dezembro de 2025).
- (ii) O produto “Tudo no Crédito” (ou EOC) é um produto financiado, originado pela Neon Financeira, que permite que o cliente faça um PIX utilizando seu cartão de crédito. Esse saldo transitório é resultante do descasamento temporário entre o volume do desembolso e a velocidade de recomposição do saldo para operacionalização do produto.
- (iii) Composto substancialmente por R\$ 17.430 (R\$ 24.901 em 31 de dezembro de 2025) referente à valores a receber de comissão sobre vendas de seguros e R\$ 22.293 (R\$ 31.887 em 31 de dezembro de 2025) referente a valores transitórios juntamente com a parceira Celcoin, para a entrega do produto de recarga de celular e pagamento de conta de consumo.
- (iv) Refere-se a créditos de PIS e COFINS, sujeitos à compensação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Outros valores e bens

	30/06/2026	31/12/2025
Ativação de cartões (i)	30.940	26.997
Adiantamento para fornecedores diversos (ii)	29.578	18.358
Despesas antecipadas (iii)	16.693	15.747
Prêmios de seguros	232	1.002
Total Circulante	77.443	62.104
Ativação de cartões (i)	38.377	41.905
Adiantamento para fornecedores diversos (ii)	728	40
Despesas antecipadas (iii)	7.588	8.354
	46.693	50.299
Total	124.136	112.403

- (i) Refere-se substancialmente a gastos com emissão de cartões disponibilizados para os clientes, cujos benefícios ocorrerão em períodos subsequentes. O prazo de apropriação desses valores em resultado é de cinco anos, cujo efeito no resultado do primeiro semestre de 2026 foi de R\$ 17.586 (R\$ 27.286 em 30 de junho de 2025). O montante de ativação de cartões está líquido de provisão para inativação de R\$ 34.747 (R\$ 34.751 em 31 de dezembro de 2025).
- (ii) Do valor total, R\$ 16.688 (R\$ 8.301 em 31 de dezembro de 2025) se refere a licenças e cessões de uso de software e R\$ 12.633 (R\$ 8.801 em 31 de dezembro de 2025) se refere a processamento de dados.
- (iii) As despesas antecipadas referem-se aos custos diferidos de aquisição e ativação de novos clientes na plataforma E-CRED, que são apropriados ao resultado de acordo com o período do benefício econômico gerado.

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O ativo fiscal diferido é decorrente de diferenças temporárias que serão dedutíveis nos períodos subsequentes e sobre prejuízo fiscal de imposto de renda – IRPJ e base negativa de contribuição social sobre lucro líquido – CSLL, que são sujeitos à compensação com lucros tributáveis futuros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Demonstrativo do cálculo dos valores de imposto de renda e contribuição social:

	30/06/2026	30/06/2025
Resultado operacional antes da tributação sobre o lucro	90.568	(35.877)
Alíquota nominal do IRPJ e da CSLL (%)	37%	34%
IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(33.510)	12.198
Adições/exclusões permanentes	2.604	1.215
Adições/exclusões temporárias	(2.157)	(7.363)
Pesquisa e Desenvolvimento – Lei do Bem	5.698	-
Base para prejuízo fiscal e base negativa	8.400	-
Imposto de renda e contribuição social do período	(18.964)	6.050
Tributos correntes no período	(19.170)	-
Tributos diferidos no período (realizado)	(8.400)	-
Total de imposto de renda e contribuição social	(27.571)	-

b. Saldo e movimentação de créditos tributários

	Saldo em 31/12/2025	Realização	Saldo em 30/06/2026	Ativo não reconhecido no balanço (*)	Total
Prejuízo fiscal e base negativa	290.177	(8.400)	281.776	757.816	1.039.593
Diferenças temporárias	29.232	-	29.232	114.092	143.324
Patrimônio Líquido	-	-	-	26.387	26.387
Ativo fiscal diferido	319.409	(8.400)	311.008	898.295	1.209.304
	Saldo em 31/12/2024	Realização	Saldo em 31/12/2025	Ativo não reconhecido no balanço (*)	Total
Prejuízo fiscal e base negativa	298.471	(8.294)	290.177	601.867	892.044
Diferenças temporárias	29.232	-	29.232	71.768	101.000
Patrimônio Líquido	-	-	-	24.093	24.093
Ativo fiscal diferido	327.703	(8.294)	319.409	697.728	1.017.137

(*) Conforme detalhamento abaixo, na Nota 10.c.

c. Realização do crédito tributário

A realização e a manutenção do registro contábil do ativo fiscal diferido dependem da geração de lucros tributáveis futuros e do atendimento aos prazos e condições definidos pela Resolução BCB nº 15/20, destacando-se a exigência de ter estudos técnicos

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

suportando a realização desses ativos no prazo máximo de 10 anos bem como apresentar histórico de lucros tributáveis em, ao menos, 3 dos últimos 5 anos.

Em 2021, o BACEN, através de ofício, determinou a manutenção dos ativos fiscais diferidos, sem o reconhecimento de novos valores, no montante de R\$ 327.703 (saldo de 31 de julho de 2021), composto por R\$ 281.776 de Prejuízos Fiscais e R\$ 29.232 de Diferenças temporárias.

Atualmente a Neon apresenta lucro tributável e demonstra, através de estudos técnicos recentes, a viabilidade de consumo de créditos tributários na totalidade do saldo não contabilizado de ativo fiscal diferido em até 10 anos (final de 2035). A expectativa da Administração, portanto, é comprovar junto ao Órgão Regulador, o reconhecimento dos ativos não reconhecidos de crédito fiscal.

	Crédito Fiscal sobre Prejuízo Fiscal	Crédito Fiscal sobre Prejuízo Não Ativado
2026	15.901	
2027	45.432	
2028	66.578	
2029	96.536	
2030	57.329	55.738
2031		127.252
2032		143.358
2033		161.619
2034		175.734
2035		94.116
Total	281.776	757.817

	Crédito Fiscal sobre Diferenças Temporárias Ativado	Crédito Fiscal sobre Diferenças Temporárias Não Ativado
Saldo	29.232	140.479

A Companhia revisou e validou a expectativa de realização de seus ativos fiscais diferidos, cujo estudo reflete também uma alteração promovida pela Lei Complementar 224/25, que alterou a alíquota de CSLL aplicável às Instituições de Pagamento, de 9% para 12%, com vigência a partir de abril de 2026 e 15% a partir de janeiro de 2028.

O valor presente dos créditos tributários contabilizados em 30 de junho de 2026 é de R\$ 197.033.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Investimentos

As participações da Companhia em outras empresas do Grupo são demonstradas abaixo:

		30/06/2026			31/12/2025	30/06/2025
	% de participação	Patrimônio líquido	Valor do investimento	Resultado de participação	Valor do Investimento	Resultado de participação
Neon Tecnologia	100,00%	25.957	25.957	7.262	39.899	17.423
ContadorX (“MEI Fácil”)	45,48%	6.319	2.874	198	3.390	534
Consiga Mais	80,88%	198	160	(47)	183	(7.268)
Total		32.474	28.991	7.413	43.472	10.689

Consiga Mais

Na aquisição da Consiga Mais, ocorrida em julho de 2021, a Companhia reconheceu um ágio baseado em expectativa de rentabilidade futura no montante de R\$ 89.197. Até 30 de junho de 2026 a amortização acumulada do ágio é de R\$ 87.710 (R\$ 78.791 em 31 de dezembro de 2025), resultando em um saldo líquido de R\$ 1.487 (R\$ 19.326 em 30 de junho de 2025).

O resultado da amortização é divulgado na linha de Depreciação e amortização na Nota 26 - Despesas administrativas. A movimentação dos saldos dos ágios ocorreu conforme abaixo:

	31/12/2025	Amortização no período	30/06/2026
Consiga Mais (i)	10.406	(8.919)	1.487
Total	10.406	(8.919)	1.487

	31/12/2024	Amortização no período	30/06/2025
Consiga Mais (i)	27.814	(8.488)	19.326
Total	27.814	(8.488)	19.326

- (i) Baseado em projeções de longo prazo, a expectativa de rentabilidade futura é em 60 meses.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2026 (e no exercício findo em 31 de dezembro de 2025), não houve redução ao valor recuperável dos referidos ágios.

12. Imobilizado

a. Composição do imobilizado

	30/06/2026			31/12/2025
	Vida útil (anos)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Benfeitorias	5	257	(84)	173
Equipamentos de processamento de dados	5	14.696	(8.237)	6.459
Móveis e utensílios	10	292	(30)	262
Direito de uso - imóvel	8	13.302	(10.947)	2.355
Direito de uso – Máquina e Equip	5	7.360	(7.360)	-
Total		35.907	(26.658)	9.249

b. Movimentação do imobilizado

	31/12/2025	Adições	Baixas	Depreciação	30/06/2026
Benfeitorias	186	-	-	(13)	173
Equipamentos de processamento de dados	3.782	4.208	(286)	(1.245)	6.459
Móveis e utensílios	485	153	(368)	(8)	262
Direito de uso - imóvel	3.186	-	-	(831)	2.355
Total	7.639	4.361	(654)	(2.097)	9.249

	31/12/2024	Adições	Baixas	Depreciação	30/06/2025
Benfeitorias	212	-	-	(13)	199
Equipamentos de processamento de dados	7.987	669	(710)	(1.860)	6.086
Móveis e utensílios	618	-	-	(66)	552
Direito de uso - imóvel	-	13.302	-	(9.284)	4.018
Direito de uso - máquinas e equipamentos	-	7.360	-	(7.360)	-
Total	8.817	21.331	(710)	(18.583)	10.855

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Intangível

a. Composição do intangível

	30/06/2026				31/12/2025
	Vida útil (anos)	Custo	Amortização Acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Desenvolvimento de <i>software</i> (i)	5	158.198	(37.382)	120.816	103.770
Relações contratuais com clientes (ii)	2	33.211	(18.909)	14.302	15.446
Marcas e patentes (iii)	5	6.470	(4.584)	1.886	2.353
Licenças de uso de <i>software</i>	1 a 3	51.512	(51.322)	190	229
Total		249.391	(112.197)	137.194	121.798

- (i) São capitalizados no ativo intangível os custos de desenvolvimento relacionados à adição de novos recursos ou novos produtos no aplicativo Neon, *software* desenvolvido internamente. Os critérios de reconhecimento estão descritos na Nota 3.k.
- (ii) Aquisição de carteira de clientes na combinação de negócios com a Consiga Mais.
- (iii) Marcas adquiridas nas combinações de negócios com a Consiga Mais. A vida útil da marca adquirida no âmbito da aquisição da Consiga Mais foi definida de acordo com o plano de utilização, de cinco anos.

b. Movimentação do intangível

	31/12/2025	Adições	Amortização	30/06/2026
Desenvolvimento de <i>software</i>	103.770	27.408	(10.362)	120.816
Relações contratuais com clientes	15.446	-	(1.144)	14.302
Marcas e patentes	2.353	-	(467)	1.886
Licenças de uso de <i>software</i>	229	-	(39)	190
Total	121.798	27.408	(12.012)	137.194

	31/12/2024	Adições	Amortização	30/06/2025
Desenvolvimento de <i>software</i>	72.120	22.154	(6.994)	87.280
Relações contratuais com clientes	17.735	-	(1.144)	16.591
Marcas e patentes	3.285	-	(466)	2.819
Licenças de uso de <i>software</i>	766	-	(438)	328
Total	93.906	22.154	(9.042)	107.018

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Depósitos

	30/06/2026	31/12/2025
Depósitos em conta de pagamento pré-paga sem remuneração (i)	1.394.593	1.518.092
Total	1.394.593	1.518.092

- (i) Correspondem a operações envolvendo as obrigações contraídas pela Companhia junto a seus clientes, usuários do aplicativo Neon e contemplam montantes correspondentes aos depósitos em conta de pagamento pré-paga sem remuneração aos clientes.

15. Relações interfinanceiras – obrigações

A Neon participa em arranjo de pagamento com a Visa do Brasil Empreendimentos Ltda. (“Visa”), sendo autorizada a emitir e operar produtos de cartão de crédito ou débito com a bandeira Visa.

Nas transações de cartão de débito físico os valores utilizados afetam diretamente a conta digital do cliente e, em contrapartida, a Neon se compromete a honrar os montantes com a Visa em D+1, mediante liquidação de agenda. Já para transações de cartão de crédito, os valores utilizados pelos clientes compõem recebimento na Neon como emissor e em contrapartida a Neon se compromete a honrar os montantes com a Visa em D+27, mediante liquidação de agenda.

Os montantes referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão demonstrados abaixo:

	30/06/2026	31/12/2025
Valores a pagar de cartões de débito e crédito	2.911.232	2.916.408
Outros	6.082	1.112
Total circulante	2.917.314	2.917.520

16. Outros passivos – obrigações sociais e estatutárias

	30/06/2026	31/12/2025
PLR e gratificações (i)	13.871	34.756
Total	13.871	34.756

- (i) Refere-se à provisão para Participação nos Lucros e Resultados a pagar aos colaboradores (benefícios a empregados).

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Outros passivos – obrigações fiscais e previdenciárias

	30/06/2026	31/12/2025
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros (i)	24.589	21.258
Impostos e contribuições sobre salários	3.949	4.705
ISS	2.556	2.981
Total	31.094	28.944

(i) Referem-se a impostos e contribuições a recolher (IRPJ, CSLL e PIS/COFINS).

18. Outras obrigações – diversas

	30/06/2026	31/12/2025
Valores a pagar a sociedades ligadas (Notas 20 e 32)	643.384	601.190
Fornecedores (i)	49.596	51.243
Provisão para despesas de pessoal	13.011	7.991
Obrigações por arrendamento de imóveis	2.062	1.477
Outras provisões operacionais (ii)	49.719	40.698
Total circulante	757.772	702.599
Valores a pagar a sociedades ligadas (Notas 20 e 32) (iii)	-	370.279
Provisão para despesas de pessoal (iv)	17.228	17.304
Provisões para contingências (Nota 19)	18.469	14.460
Obrigações por arrendamento de imóveis	-	1.410
Total não circulante	35.697	403.453
Total	793.469	1.106.052

- (i) Referem-se substancialmente a fornecedores de serviços no curso normal dos negócios.
- (ii) O saldo é composto, substancialmente, por: a) taxa de incentivo de marketing no valor de R\$ 18.700 (R\$ 13.000 em 31 de dezembro de 2025); b) valores transitórios relacionados à parceria com a CELCOIN no montante de R\$ 15.716 (R\$ 18.206 em 31 de dezembro de 2025); e c) provisões para os programas de fidelidade (*cashback*) no total de R\$ 4.432 (R\$ 6.741 em 31 de dezembro de 2025).
- (iii) A parcela de valores a pagar a sociedades ligadas classificada em 31 de dezembro de 2025 no passivo não circulante foi integralmente reclassificada para o passivo

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

circulante em 30 de junho de 2026, tendo em vista o prazo remanescente de vencimento e a expectativa de liquidação nos próximos 12 meses.

- (iv) Inclui provisão de R\$ 14.438 (R\$ 14.764 em 31 de dezembro de 2025) referente ao plano de incentivo de longo prazo de *Phantom Shares*, no montante de R\$ 10.201 (R\$ 10.432 em 31 de dezembro de 2025) e respectivos encargos e reflexos no montante de R\$ 4.237 (R\$ 4.332 em 31 de dezembro de 2025), conforme demonstrado na Nota 34.

19. Contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e fiscais. Esses processos são acompanhados nas esferas administrativa e judicial e, quando aplicável, amparados por depósitos judiciais.

A Companhia constitui provisão para as ações cíveis, trabalhistas e fiscais classificadas como de perda provável, com base na avaliação da assessoria jurídica interna e externa e na respectiva carta de representação dos advogados. A movimentação dessas provisões no período está demonstrada a seguir:

	Provisões trabalhistas	Provisões cíveis	Provisões tributárias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.358	7.075	6.027	14.460
Constituição/(Reversão)	871	1.367	1.771	4.009
Saldos em 30 de junho de 2026	2.229	8.442	7.798	18.469

	Provisões trabalhistas	Provisões cíveis	Provisões tributárias	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	409	10.141	3.179	13.729
Constituição/(Reversão)	1.351	(1.451)	1.133	1.033
Saldos em 30 de junho de 2025	1.760	8.690	4.312	14.762

Adicionalmente, a Companhia possui ações cíveis, trabalhistas e tributárias classificadas como de perda possível, para as quais não é constituída provisão. Em 30 de junho de 2026, o valor envolvido nessas ações, substancialmente de natureza cíveis, totalizava R\$ 225.283 (R\$ 241.221 em 31 de dezembro de 2025).

As provisões para contingências passivas da Companhia não possuem expectativa de conclusão dos processos no curto prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Obrigações por empréstimos

A Companhia tomou empréstimos junto à Neon Financeira, com vencimentos até 1º de março de 2027, conforme abertura apresentada na Nota 18 - Outras obrigações, na rubrica 'Valores a pagar a sociedades ligadas', e menção na Nota 32 - Transações com partes relacionadas. As operações foram realizadas em condições normais de mercado, a uma taxa média de 1,99% a.m. A seguir é apresentada a movimentação das captações ocorridas no período:

	31/12/2025	Captações	Pagamentos/ Liquidações (i)	Juros incorridos	30/06/2026
Empréstimos	868.303	963.528	(1.306.362)	50.596	576.065
Total	868.303	963.528	(1.306.362)	50.596	576.065

	31/12/2024	Captações	Pagamentos/ Liquidações	Juros incorridos	31/12/2025
Empréstimos	1.444.606	839.219	(1.543.895)	128.373	868.303
Total	1.444.606	839.219	(1.543.895)	128.373	868.303

21. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de junho de 2026 o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 3.450.627 (R\$ 3.450.627 em 31 de dezembro de 2025), e está representado por 22.494.317 (22.494.317 em 31 de dezembro de 2025) ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Líquido dos custos de transação incorridos cumulativamente no montante de R\$ 6.540 (R\$ 6.540 em 31 de dezembro de 2025), o capital social é de R\$ 3.450.627 (R\$ 3.450.627 em 31 de dezembro de 2025).

b. Reserva de capital

A Companhia conta com um plano de opção de compra de ações, aprovado em reunião do Conselho de Administração, pelo qual são elegíveis a receber opções de compra de ações seus Administradores e colaboradores. Foi reconhecido no semestre findo em 30 de junho de 2026 o valor de R\$ 2.899 (Nota 34) (R\$ 4.862 no semestre findo em 30 de junho de 2025), relativo à despesa do plano em contrapartida de reservas de capital no patrimônio líquido, cujo saldo em 30 de junho de 2026 é de R\$ 78.528 (R\$ 75.629 em 31 de dezembro de 2025).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Reserva legal

No semestre findo em 30 de junho de 2026 (e exercício findo em 31 de dezembro de 2025), a Neon não constituiu reserva legal em decorrência dos seus resultados negativos anteriores.

d. Dividendos

Como determinado pelo estatuto social da Neon, o dividendo mínimo obrigatório, na existência de resultado a distribuir, corresponde a 25% sobre o lucro líquido ajustado, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações. No semestre findo em 30 de junho de 2026 (e exercício findo em 31 de dezembro de 2025), a Neon não destinou dividendos, em decorrência da apuração de resultados negativos anteriores.

22. Receita de intermediação financeira

	30/06/2026	30/06/2025
Receitas de operações com cartões de débito e crédito (i)	165.680	153.251
Resultado de títulos e valores mobiliários (ii)	101.967	84.229
Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez (iii)	42.387	37.966
Comissões por origemação e recuperação de crédito (iv)	188.980	114.992
Receitas de serviços - Aplicativo Neon (v)	51.687	42.400
Total	550.701	432.838

- (i) Refere-se à receita de *interchange* auferida nas transações efetuadas com cartões de débito e crédito.
- (ii) Composto, principalmente, por valores decorrentes da valorização de letras financeiras do tesouro.
- (iii) Receitas financeiras provenientes de operações compromissadas, principalmente, vinculadas à conta pré-paga e ao saldo de repasse no arranjo de pagamento da Visa.
- (iv) Receita de comissão sobre origemação de empréstimos, manutenção e recuperação de operações com cartão de crédito decorrente de serviços prestados principalmente à Neon Financeira nos semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025. A Neon atua como um intermediário para essas operações.
- (v) Refere-se às tarifas cobradas em produtos de conta digital, tais como: transferências, saques e boletos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Despesas de intermediação financeira

No curso do processo de geração de suas receitas, a Companhia incorre em diversos custos, tais como *fee* decorrente de sua parceria operacional, taxas cobradas pelas transações efetuadas pelos clientes em caixas eletrônicos de autoatendimento, *fees* pagos à bandeira Visa, entre outros. Nos semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025, os principais custos estavam assim apresentados:

	30/06/2026	30/06/2025
Obrigações com empréstimos	(50.596)	(62.370)
Operações com cartão de débito e crédito	(77.194)	(83.023)
Despesas com manutenção de contas	(19.876)	(17.680)
Total	(147.666)	(163.073)

24. Despesas com pessoal

	30/06/2026	30/06/2025
Proventos e encargos sociais	(30.813)	(32.064)
Benefícios	(5.925)	(5.691)
Despesas com planos de ações	(1.697)	(3.949)
Total	(38.435)	(41.704)

25. Despesas com vendas

	30/06/2026	30/06/2025
Marketing	(14.793)	(13.383)
Total	(14.793)	(13.383)

26. Despesas administrativas

	30/06/2026	30/06/2025
Despesas com sistemas e tecnologia	(129.063)	(159.617)
Depreciação e amortização (i)	(23.028)	(21.200)
Serviços de consultoria administrativa e empresarial (ii)	(20.543)	(28.707)
Serviços jurídicos - assessoria legal e societária	(1.062)	(2.561)
Outras despesas	(9.791)	(4.878)
Total	(183.487)	(216.963)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Refere-se, substancialmente, à amortização de softwares e projetos no montante de R\$ 10.362 (R\$ 7.432 em 30 de junho de 2025) e do ágio por expectativa de rentabilidade futura de R\$ 8.920 (R\$ 9.351 em 30 de junho de 2025)
- (ii) O saldo em 30 de junho de 2026 é representado, principalmente, por serviços de pesquisa de R\$ 8.332 (R\$ 5.210 em 30 de junho de 2025) e consultorias especializadas de R\$ 5.327 (R\$ 22.540 em 30 de junho de 2025).

27. Despesas tributárias

	30/06/2026	30/06/2025
COFINS	(37.180)	(28.755)
ISS - Imposto sobre serviços	(14.820)	(9.949)
PIS	(7.749)	(5.971)
Outros	(2.835)	(2.591)
Total	(62.584)	(47.266)

28. Despesas com prestação de serviços

	30/06/2026	30/06/2025
Serviços de design e entregas de cartões	(20.642)	(27.286)
Total	(20.642)	(27.286)

29. Outros resultados operacionais, líquidos

	30/06/2026	30/06/2025
Créditos de PIS e COFINS (i)	34.169	34.896
Outros resultados operacionais	(4.297)	(1.719)
Outras receitas financeiras	3.147	2.321
Total	33.019	35.498

- (i) Créditos de PIS e COFINS apurados sobre insumos na prestação de serviços.

30. Resultado não recorrente

Conforme disposto na Resolução BCB nº 2/20, deve ser considerado como resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas de instituição financeira e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para os semestres findos em 30 de junho de 2026 e 2025 não houve resultado não recorrente a ser apresentado nesta demonstração.

31. Gerenciamento de riscos

a) Estrutura de gerenciamento de risco

O Banco Central do Brasil, por meio da Resolução BCB nº 265/2022, determina a adoção e a implementação das estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital, incluindo políticas e estratégias claramente documentadas. O gerenciamento de riscos deve ser integrado e independente, possibilitando a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os diversos riscos (Crédito, Mercado, Operacional, Liquidez, Social, Ambiental, Climático e demais riscos relevantes) da Companhia.

As áreas de gerenciamento de riscos são responsáveis por identificar todos os riscos relevantes e os impactos potenciais para a estrutura corporativa, garantindo a implementação de soluções para mitigá-los de forma eficiente e ágil a fim de manter um ambiente controlado e adequado para que o plano estratégico seja atingido de acordo com as expectativas corporativas.

O Grupo Neon adota o modelo de 3 (três) linhas como meio primário para operacionalizar sua estrutura de gerenciamento de riscos, preservando o princípio da independência no que tange às atividades das diferentes linhas de defesa, tal como se estabelece na separação de papéis e responsabilidades e assegura linhas de comunicação claras e coerentes:

- **Primeira linha:** composta pelas áreas de negócios e suporte cujas atividades geram a exposição a riscos, é a principal responsável por gerenciar e supervisionar os riscos inerentes aos seus processos, além de garantir aderência regulatória.
- **Segunda linha:** composta pelas áreas de Riscos Integrados e de Compliance Regulatório, é responsável por auxiliar a 1ª linha no desenvolvimento e na adequação de processos e controles para gerenciamento de seus riscos, além de emitir alertas à 1ª linha sobre mudanças no cenário regulatório e de riscos.
- **Terceira linha:** composta pela Auditoria Interna, é responsável por fornecer avaliações independentes sobre a adequação do sistema de controles internos para a Alta Administração e aos órgãos de governança e reportar o descumprimento de dispositivos legais e regulatórios.

Os assuntos pertinentes aos riscos relevantes são reportados aos executivos no Fórum de Gestão Integrada de Riscos, com recorrência mensal, buscando fortalecer uma cultura de conscientização e responsabilidade, contribuindo para eficiência operacional e conformidade aos limites de apetite a riscos definidos em alinhamento aos objetivos estratégicos da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Estrutura de gerenciamento de riscos operacionais

O processo de gerenciamento dos riscos é realizado de forma contínua, integrada e abrangente, envolvendo diversas áreas com atribuições específicas. A identificação, mensuração, monitoramento e controle dos riscos operacionais são realizados de maneira centralizada e independente, alinhada ao apetite de risco definido pela Diretoria, e de forma segregada à atividade de auditoria interna.

O Grupo Neon mantém uma estrutura de gerenciamento de riscos compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos seus produtos e a dimensão da sua exposição ao risco operacional.

A estrutura é composta por políticas e estratégias compatíveis com os objetivos da instituição e com as condições de mercado, que estabelecem limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição aos riscos operacionais, em níveis considerados aceitáveis. Adicionalmente, a estrutura assegura a adequada capacitação sobre risco operacional de todos os colaboradores.

O Grupo Neon emprega metodologia consistente e abrangente, baseada no framework COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), capaz de:

- Identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os eventos relacionados ao risco operacional;
- Produzir documentação referente às perdas associadas ao risco operacional;
- Classificar e agregar as perdas operacionais identificadas;
- Disseminar a cultura orientada à gestão e controle dos riscos operacionais tendo como objetivo a redução de eventos e perdas associados a este tipo de risco;
- Implementar, coordenar e melhorar continuamente as práticas de gerenciamento de riscos em seus diversos níveis;
- Fornecer análises e reporte quanto a adequação e eficácia do gerenciamento de riscos.

c) Estrutura de gerenciamento de risco de mercado e IRRBB

O risco de mercado é a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos índices de preços, das taxas referenciais e dos preços das ações, em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das posições ativas e passivas da Instituição.

O Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária (IRRBB) define-se como sendo o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da Neon, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Por estar enquadrada no Segmento S4, o Grupo Neon está sujeito à apuração do Δ NII (*Net Interest Income*) para o monitoramento do risco de juros, que consiste em apurar a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros (cenário base do BACEN $\pm 400\text{bps}$).

Análise de sensibilidade de variação na taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de mercado e IRRBB, monitorando essas exposições por meio do modelo padronizado (definido pelo BACEN) para carteira bancária (Delta NII), calculado com base no Conglomerado Prudencial da Companhia.

Hierarquia de valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros, descritos abaixo:

- **Nível 1:** Cotações de preços observáveis em mercados ativos para o mesmo instrumento financeiro. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.
- **Nível 2:** Cotações de preços observáveis em mercados ativos para instrumentos financeiros com características semelhantes ou baseadas em modelo de precificação em que os parâmetros significativos são baseados em dados observáveis em mercados ativos.
- **Nível 3:** Cotações de preços para ativos ou passivos não observáveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos financeiros, segregados entre os níveis da hierarquia de valor justo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	30/06/2026			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Títulos e valores mobiliários				
Cotas de fundos de investimento	-	20	-	20
	-	20	-	20
Ativos financeiros ao valor justo contra outros resultados abrangentes				
Títulos e valores mobiliários				
Letras Financeiras do Tesouro	285.836	-	-	285.836
Debêntures	-	-	-	-
Certificados de Depósito Bancário	-	51	-	51
	285.836	51	-	285.887
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Relações interfinanceiras	-	-	1.569.597	1.569.597
Valores a receber de cartões de crédito	-	-	2.829.282	2.829.282
	-	-	4.398.879	4.398.879
Total	285.836	71	4.398.879	4.684.786
	31/12/2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado				
Títulos e valores mobiliários	-	136	-	136
Cotas de fundos de investimento	-	136	-	136
	-	136	-	136
Ativos financeiros ao valor justo contra outros resultados abrangentes				
Títulos e valores mobiliários				
Letras Financeiras do Tesouro	605.552	-	-	605.552
Debêntures	-	239	-	239
Certificados de Depósito Bancário	-	16	-	16
	605.552	255	-	605.807
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Relações interfinanceiras	-	-	1.701.498	1.701.498
Valores a receber de cartões de crédito	-	-	2.845.105	2.845.105
	-	-	4.546.603	4.546.603
Total	605.552	391	4.546.603	5.152.546

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A mensuração dos ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado das cotas de fundos de investimento é calculada com base no valor da cota atualizada divulgada pelo administrador do fundo. Para os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e para os ativos financeiros ao custo amortizado, os juros são baseados na taxa Selic e reconhecidos pelo método da taxa de juros efetiva.

30/06/2026				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Passivos financeiros ao custo amortizado				
Depósitos	-	1.394.593	-	1.394.593
Relações interfinanceiras	-	2.917.314	-	2.917.314
	-	4.311.907	-	4.311.907
31/12/2025				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Passivos financeiros ao custo amortizado				
Depósitos	-	1.518.092	-	1.518.092
Relações interfinanceiras	-	2.917.520	-	2.917.520
	-	4.435.612	-	4.435.612

A mensuração dos passivos financeiros ao custo amortizado, para depósitos é o valor nominal depositado pelo cliente, em relação às relações interfinanceiras o reconhecimento inicial é registrado pelo valor justo do recurso recebido, deduzido dos custos de transação atribuíveis e atualizado pela taxa de juros efetiva.

As transferências entre níveis da hierarquia do valor justo são relatadas regularmente ao longo do período. Não houve transferências de instrumentos financeiros entre os níveis da hierarquia de valor justo no semestre findo em 30 de junho de 2026.

d) Estrutura de gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a Companhia não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. Dentro da definição cabe também a possibilidade de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

A estrutura de gerenciamento de risco de liquidez da Companhia é composta por políticas e estratégias que estabelecem limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de liquidez em níveis considerados aceitáveis. O processo de gestão

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

de risco de liquidez é realizado de maneira contínua, integrada e abrangente, envolvendo diversas áreas com atribuições específicas, sendo composto principalmente por:

- Análise de usos e fontes de recursos de curto prazo e necessidades de compatibilização de caixa;
- Projeções de fluxo de caixa em cenários de normalidade e em situações adversas (cenários de estresse);
- Monitoramento, controle e reporte dos níveis de risco de liquidez em comparação com os limites de risco estabelecidos;
- Plano de Contingência de Liquidez.

Vencimentos de passivos financeiros

A tabela abaixo analisa os instrumentos financeiros da Companhia em grupos de vencimentos relevantes com base nos seus vencimentos contratuais. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Em 30 de junho de 2026			
Passivos financeiros ao custo amortizado			
Depósitos	1.394.593	-	-
Relações interfinanceiras - obrigações	2.917.314	-	-
	4.311.907	-	-

	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Em 31 de dezembro de 2025			
Passivos financeiros ao custo amortizado			
Depósitos	1.518.092	-	-
Relações interfinanceiras - obrigações	2.917.520	-	-
	4.435.612	-	-

e) Estrutura de gerenciamento de risco de crédito

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração da qualidade creditícia do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação, incluindo o inadimplemento do cliente final perante o emissor de instrumento de pagamento pós-pago.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito do Grupo Neon é o conjunto de áreas, colaboradores, atividades, documentos e ferramentas que possibilitam a identificação, a

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

mensuração, o controle e a mitigação do risco de crédito, bem como o risco de concentração levando em consideração, por exemplo, os segmentos de produtos e serviços em que a instituição atua.

Os procedimentos, metodologias e ferramentas são documentadas, revisadas e aprovadas pela Alta Administração e os resultados das análises de gestão e controle do Risco de Crédito são reportados mensalmente nos fóruns executivos da Companhia.

f) Risco social, ambiental e climático

Atendendo às normas aplicáveis, a Neon edita a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), disponível no site da Companhia, a qual contém princípios e diretrizes que norteiam as ações e relações com seus parceiros internos e externos. Além disso, fica disponível também o Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC).

g) Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital tem como objetivo prever o capital necessário para suportar o crescimento da Companhia e planejar as fontes adicionais de capital, de forma a manter, permanentemente, montantes de patrimônio líquido em valores superiores aos requerimentos mínimos.

dados do semestre findo em 30 de junho de 2026 que refletem as exigências aplicáveis são apresentados na Nota 35 - Limite operacional (Acordo da Basileia).

32. Transações com partes relacionadas

Conforme definição da Resolução BCB nº 2/20, partes relacionadas são os controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração.

As transações com partes relacionadas foram feitas em termos equivalentes àqueles que prevalecem nas transações em condições normais de mercado.

No semestre em 30 de junho de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos	30/06/2026	31/12/2025
Neon Financeira (i)	226.454	109.510
Neon Tecnologia	222	5.121
Neon Consiga Mais	5.058	66
Mei Fácil	228	35
Neon CTVM	10	5
Valores a receber sociedades ligadas	231.972	114.737

- (i) Composto por R\$ 155.434 (R\$ 36.647 em 31 de dezembro de 2025) de saldo transitório referente ao colchão para operacionalização do produto “Tudo no Crédito” (Nota 8) junto à Neon Financeira e R\$ 38.810 (R\$ 57.347 em 31 de dezembro de 2025) referente a origemação de crédito (Corban).

Passivos	30/06/2026	31/12/2025
Neon Financeira	223.185	252.843
Neon CTVM	100	396
Outros	7	1.513
Depósitos	223.292	254.752
Neon Financeira (i)	605.670	924.712
Neon Tecnologia (ii)	37.714	46.757
Valores a pagar sociedades ligadas	643.384	971.469

- (i) Refere-se substancialmente ao montante de R\$ 576.065 (R\$ 868.303 em 31 de dezembro de 2025) relativo a saldo de empréstimo junto à Neon Financeira, conforme Nota 20.
- (ii) Composto por R\$ 34.910 (R\$ 34.783 em 31 de dezembro de 2025) referente à obrigações assumidas com a Neon Tecnologia na transferência de funcionários.

Receitas	30/06/2026	30/06/2025
Neon Financeira (i)	188.838	46.796
Neon USA	-	2.496
FIDCs controlados	12	115
Total	188.850	49.407

Despesas	30/06/2026	30/06/2025
Neon Financeira (iii)	(55.919)	(62.315)
Neon Tecnologia (iv)	(93.178)	(82.180)
Total	(149.097)	(144.495)

- (i) Receita referente a comissões por origemação de empréstimos e transações com cartões.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (ii) Saldo referente às operações da Neon USA, entidade com atividades encerradas em outubro de 2025.
- (iii) Refere-se a apropriação de juros sobre as operações de empréstimos.
- (iv) Refere-se a despesas com serviços de tecnologia da informação (TI).

• **Pessoal-chave da Administração**

A administração chave inclui diretores (executivos e não executivos) que têm autoridade e responsabilidade por planejar, dirigir e controlar as atividades da entidade.

No semestre findo em 30 de junho de 2026, a Companhia manteve transações com pessoal-chave da administração: despesas com remuneração de R\$ 5.986 (R\$ 7.266 em 30 de junho de 2025), e programa de remuneração de longo prazo, incluindo encargos sociais, de R\$ 13.124 (R\$ 10.328 em 30 de junho de 2025).

Os diretores estatutários da Companhia e suas investidas, bem como seus parentes próximos, também têm contas e cartões de débito e de crédito da Neon. Em 30 de junho de 2026, o saldo em suas contas digitais é de R\$ 326 (R\$ 116 em 31 de dezembro de 2025), possuem limites de cartão de crédito de R\$ 1.067 (R\$ 1.119 em 31 de dezembro de 2025) e fatura de cartão em aberto de R\$ 88 (R\$ 149 em 31 de dezembro de 2025).

33. Pagamento baseado em ações

Os planos de pagamento baseado em ações da Neon Payments (descritos na Nota 3.p) foram projetados para fornecer incentivos de longo prazo para os colaboradores chave (incluindo diretores executivos) a fim de fornecer retornos pela continuidade dos serviços prestados a longo prazo. A participação nos planos e a outorga dos benefícios são deliberados pelo Conselho de Administração da Neon Payments ou pelo Comitê de Pessoas da Neon Pagamentos.

As opções outorgadas são contabilizadas de acordo com o CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, utilizando os modelos de precificação de opções *Black-Scholes* (para outorgas até fevereiro de 2022) e o modelo Binomial (a partir de março de 2022), para fornecer uma estimativa do valor justo dos serviços prestados pelos funcionários participantes.

Plano de opções de compra de ações (“SOP”)

Este plano foi aprovado pelo Conselho de Administração da Neon Payments, inicialmente em 30 de novembro de 2020, com posterior modificação em 25 de julho de 2023, e concede ao beneficiário a possibilidade de adquirir opções de compra de ações da Neon Payments com preço de exercício e prazos de *vesting* e exercício pré-estabelecidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

No final de cada período, a Companhia revisa suas estimativas do número de opções que devem ser adquiridas com base em condições que não de mercado e reconhece o impacto da revisão das estimativas originais, se houver, no resultado, com o correspondente ajuste ao patrimônio líquido.

Nas demonstrações financeiras da Neon Payments, o custo atribuível às opções de compra de ações outorgadas por serviços a controladas é tratado como um aporte de capital na medida em que os serviços recebidos são prestados na controlada. Dessa forma, os valores são registrados em contrapartida de investimentos em controladas e reservas. Ainda, os recursos recebidos do exercício das opções líquidos de quaisquer custos de transação atribuíveis são creditados ao capital social (valor nominal) e prêmio de emissão, momento em que as ações são emitidas.

Como regra geral, as opções outorgadas até fevereiro de 2022 têm o direito totalmente adquirido (*vesting period*) em 4 anos, sendo 15%, 40%, 65% e 100% das opções após o primeiro, segundo, terceiro e quarto aniversário, respectivamente, e o exercício fica condicionado a um evento de liquidez (por um período de até 10 anos). Neste plano, as opções são adquiridas, após incorrido o *vesting period*, pelo beneficiário diretamente da Neon Payments, pelo valor determinado na outorga. No exercício, o beneficiário deverá comprar as ações pelo preço de exercício, que corresponde ao *fair value* na data da outorga.

No ano de 2022, a Neon também outorgou opções com prazo (*vesting period*) de 6 anos, sendo 9%, 26%, 48%, 79%, 90% e 100% das opções *vestidas* ao longo dos seis aniversários do plano, e exercício condicionado a eventos de liquidez (por um período de até 10 anos).

No ano de 2023, a Neon outorgou opções com prazo (*vesting period*) de 4 anos, sendo 25% ao completar 12 meses e 6,25% a cada trimestre posterior ao primeiro ano, de modo que, após 12 trimestres os 75% restantes das opções estarão vestidas, e exercício condicionado a eventos de liquidez (por um período de até 10 anos).

A partir de 2024, a Neon continuou a outorgar as opções com prazo (*vesting period*) de 4 anos. Adicionalmente, os lotes outorgados em anos anteriores e ainda não vestidos foram atualizados para esta condição de vestings trimestrais.

Grow Your Stake

O Grow Your Stake ("GYS") é um programa de participação acionária, estruturado em 2026 pela controladora Neon Payments Limited, por meio do qual determinados executivos da Companhia receberam a oportunidade de adquirir opções de compra de ações ordinárias da Payments mediante o pagamento de um prêmio de aquisição fixado na data de outorga. As opções encontravam-se integralmente vestidas na data de emissão, sendo seu exercício condicionado à ocorrência de evento de liquidez nos termos do plano principal de stock options do Grupo. O valor justo dos instrumentos foi apurado mediante

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

modelo de precificação de opções, tendo o montante de R\$ 322 sido registrado em reserva de capital no patrimônio líquido da Companhia.

No semestre findo em 30 de junho de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025 as opções de ações foram movimentadas conforme a seguir:

	Quantidade de Opções	Reserva de capital (R\$)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	169.728	75.629
Apropriação de outorgas de anos anteriores	-	2.863
Apropriação de novas outorgas	29.976	392
Cancelamento (perda de direito) (i)	(6.537)	(1.177)
Transferências entre empresas do Grupo	(105)	-
Reflexo de movimentação de investidas (ii)	-	821
Saldo em 30 de junho de 2026	193.062	78.528

	Quantidade de Opções	Reserva de capital (R\$)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	147.614	63.515
Apropriação de outorgas de anos anteriores	-	9.203
Apropriação de novas outorgas	45.127	307
Cancelamento (perda de direito) (i)	(19.561)	(2.133)
Transferências entre empresas do Grupo	(3.452)	129
Reflexo de movimentação de investidas (ii)	-	4.608
Saldo em 31 de dezembro de 2025	169.728	75.629

- (i) Cancelamento das opções por perda de direito decorrente de desligamento do beneficiário do quadro de colaboradores da Companhia.
- (ii) Corresponde à constituição de reserva reflexa decorrente de outorgas realizadas por empresas controladas pela Companhia, como contrapartida de aumento no investimento da própria controlada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

No semestre findo em 30 de junho de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo em estoque de opções outorgadas, no âmbito do plano SOP, está abaixo representado:

Data de concessão	Preço de exercício (US\$)	Preço de exercício (R\$) (i)	Quantidade de Opções
Fev/16	21,42	110,88	790
Mar/18	126,58	655,25	719
Out/18 - Nov/19	90,61	469,05	7.641
Fev/20 - Jun/20	281,44	1.456,90	2.580
Out/20 - Fev/22	356,04	1.843,08	15.223
Mar/22 - Nov/22	608,9	3.152,03	2.422
Jun/23 - Dez/23	408,13	2.112,73	8.150
Jun/23 - Dez/23	608,9	3.152,03	4.094
Set/24	356,04	1.843,08	430
Set/24	408,13	2.112,73	4.038
Set/24 - Jan/25	204,06	1.056,34	94.392
Jan/25	408,13	2.112,73	1.822
Jun/25 - Jun/26	204,06	1.056,34	50.761
			193.062

- (i) O plano é operacionalizado em dólares, que é a moeda de emissão das ações da Neon Payments. Os preços de exercício foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio de 30 de junho de 2026 de R\$ 5,1766 (31 de dezembro de 2025 de R\$ 5,5024), para fins de apresentação somente.

No semestre findo em 30 de junho de 2026, o valor das opções outorgadas foi estimado com base no modelo Binominal. As principais premissas utilizadas no cálculo do valor justo das opções outorgadas foram:

	30/06/2026	31/12/2025
Preço médio ponderado das ações na data da outorga (i)	US\$ 247,26 (R\$ 1.279,95)	US\$ 254,19 (R\$ 1.398,66)
Valor justo médio ponderado das opções na data da concessão (i)	US\$ 246,33 (R\$ 1.275,14)	US\$ 248,69 (R\$ 1.368,40)
Volatilidade esperada	80%	80%
Vida esperada	10 anos	10 anos
Taxa livre de risco	4,27%	4,27%

- (i) O plano é operacionalizado em dólares, que é a moeda de emissão das ações da Neon Payments. Os preços de exercício foram convertidos para Reais pela taxa de

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

câmbio de 30 de junho de 2026 de R\$ 5,1766 (31 de dezembro 2025 de R\$ 5,5024), para fins de apresentação somente.

A volatilidade esperada foi determinada pelo cálculo da volatilidade histórica dos preços das ações de empresas similares nos anos anteriores, com base na vida útil esperada de cada tipo de opção. A vida esperada usada no modelo foi ajustada, com base na melhor estimativa dos Administradores, para os efeitos da intransferibilidade, restrições de exercícios e considerações comportamentais. O cenário estimado para rotatividade foi de 37%. O valor reconhecido na despesa do período em contrapartida ao patrimônio líquido foi de R\$ 2.078.

Programa de pagamento baseado em ações com liquidação em caixa – *Phantom Shares*

Este plano foi aprovado pelo Conselho de Administração da Neon Payments em 30 de novembro de 2020 e concede ao beneficiário a possibilidade de participar na valorização das ações da Neon Payments com preço de exercício e prazos de *vesting* e exercício pré-estabelecidos. Neste plano, o valor justo é mensurado pela diferença entre o preço atual da ação da Neon Payments e o preço de exercício estipulado, sendo provisionado na Neon Pagamentos o percentual decorrido da carência, de acordo com o período de cada *vesting*, em conta de resultado e em contrapartida ao passivo. O cálculo considera 100% das ações vestidas e o pro-rata mensal das ações a serem vestidas, deduzidas de um cenário de rotatividade estimado anualmente.

Como regra geral, para as *Phantom Shares* outorgadas até dezembro de 2022, o direito passa a ser adquirido (*vesting period*) em 4 anos, sendo 15%, 40%, 65% e 100% das ações após o primeiro, segundo, terceiro e quarto aniversário, respectivamente, e o exercício fica condicionado a um evento de liquidez (por um período de até 10 anos). Para outorgas realizadas a partir de 2023, o direito passa a ser adquirido (*vesting period*) em 4 anos, sendo 25% ao completar 12 meses e 6,25% a cada trimestre posterior ao primeiro ano, de modo que, após 12 trimestres os 75% restantes das opções estarão vestidas, e o exercício fica condicionado a um evento de liquidez (por um período de até 10 anos).

Em 30 de junho de 2026, o plano de *Phantom Shares* totaliza 19.179 opções outorgadas ativas, com *strike* variando entre US\$ 1,00 e US\$ 608,90 (para opções pactuadas em dólar) e entre R\$ 5,85 e R\$ 3.562,07 (para opções pactuadas em reais) e cenário estimado para rotatividade de 37%, com saldo passivo atualizado de R\$ 14.436, sendo R\$ 10.201 de principal e R\$ 4.327 de encargos e reflexos (Nota 18). Segue a movimentação do plano ocorrida no ano:

	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Passivo de <i>Phantom Shares</i> (R\$)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	19.616	10.432
Apropriação de outorgas de anos anteriores	-	(238)
Cancelamento (perda de direitos) (i)	(557)	(27)

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Quantidade de ações	Passivo de <i>Phantom</i> Shares (R\$)
Transferências entre empresas do Grupo	120	34
Saldo em 30 de junho de 2026	19.179	10.201

- (i) Cancelamento das opções por perda de direito decorrente de desligamento do beneficiário do quadro de colaboradores Neon.

No semestre findo em 30 de junho de 2026, a provisão líquida total de *Phantom Shares* foi de (R\$ 325), sendo R\$ 19 de provisão de principal e R\$ 4 de encargos, compensados por uma receita de (R\$ 348) com variação cambial.

Em 30 de junho de 2026, o saldo em estoque de opções outorgadas, no âmbito do plano de *Phantom Shares*, está abaixo representado:

Data de concessão	Preço de exercício (US\$)	Preço de exercício (R\$) (i)	Quantidade de Opções
Fev/16 - Ago/22	1,00	5,50	2.293
Set/19	90,61	498,57	78
Mar/25	204,06	1.122,82	696
Nov/19 - Set/20	281,44	1.548,60	651
Out/20 - Fev/22	356,04	1.959,07	3.483
Mar/22 – Dez/23	608,90	3.350,41	799
Jun/23 - Dez/23	408,13	2.245,69	188
Mar/25	-	5,85	3.092
Mar/25	-	1.193,75	5.488
Mar/25	-	1.646,42	343
Mar/25	-	2.082,83	1.371
Mar/25	-	2.387,56	331
Mar/25	-	3.562,07	366
			19.179

- (i) Parte do plano é operacionalizado em dólares, que é a moeda de emissão das ações da Neon Payments. Os preços de exercício foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio de 30 de junho de 2026 de R\$ 5,1766 (31 de dezembro de 2025 de R\$ 5,5024), para fins de apresentação somente.

34. Limite operacional (Acordo da Basileia)

De acordo com a Resolução BCB nº 197/22, que estabelece a classificação de conglomerados prudenciais integrados por ao menos uma instituição de pagamento, a Neon Financeira, liderada pela Neon Pagamentos S.A., é classificada como Conglomerado Prudencial Tipo 3. A Companhia faz parte deste Conglomerado e, portanto, é avaliada dentro do arranjo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Semestre findo em 30 de junho de 2026

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os dados que refletem as exigências de capital aplicáveis ao Conglomerado, são apresentados a seguir:

	30/06/2026
Risco de crédito – RWAcpad	5.550.207
Risco de mercado – RWAmpad	30.100
Risco operacional – RWAopad	579.445
Risco associado a serviços de pagamento – RWAsp	387.785
Total RWA	6.547.537
 Patrimônio de referência (PR)	 826.599
 Índice de Basileia (PR/Total RWA) (i)	 12,62%

(i) Conforme Resolução BCB nº 200/22, o mínimo requerido (Fator F + ACP) em junho de 2026 equivale a 10,5%.

35. Eventos subsequentes

Até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes na Companhia.

* * *

Jamil Saud Marques
Diretor

Cristiano Fernandes
Diretor

Michel Donizeti Tavares
Contador – CRC 1SP299720/O-4

